

Nos bastidores das comunicações

O Brasil caminha a passos rápidos para avançadas tecnologias de comunicação, já abrigando alta qualidade técnica em radiodifusão e na imprensa escrita. Entretanto, a regulamentação da área está ultrapassada: o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962, e a Lei de Imprensa em vigor é a do regime militar, o que gera inúmeras distorções e privilégios. Daniel Herz, autor de A história secreta da Rede Globo, é coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que hoje reúne 272 entidades nacionais na luta para chamar a atenção do Estado, da sociedade e do setor privado para a grave situação da área das comunicações.

Por Silvanio Mariani

Boletim - O Fórum teve papel decisivo na elaboração da lei de TV a Cabo. Foi a grande experiência da entidade?

Evandro - O nosso grande laboratório foi sem dúvida a lei de TV a Cabo. É um processo que iniciou aqui em Porto Alegre muito referenciado no trabalho de um ex-professor da Ufrgs, Homero Simon, ex-chefe de departamento de engenharia elétrica, que em 1974 teve uma participação decisiva para impedir que a TV a Cabo fosse implantada naquela época apenas para beneficiar grandes grupos. Esse processo foi bloqueado sucessivas vezes até que se criou condições de negociação. E aí se criou um ambiente favorável, não houve barganha do tipo tomalá-dá-cá. Tudo que entrou no texto da lei de TV a Cabo é plenamente justificável e defensável por todas as partes envolvidas. Nenhuma das partes pode alegar que teve que engolir alguma coisa porque tudo foi consensual. Chegou-se a uma legislação que não se encontra em nenhum outro país do mundo.

Boletim - Qual é o principal avanço alcançado pela lei de TV a Cabo?

Daniel - No Brasil, existe um serviço que é operado por empresas privadas mas que está regido por um estatuto público. Esse estatuto obriga, por exemplo, que aqui em Porto Alegre tenhamos uma concessionária de TV a Cabo que é obrigada a ceder espaços a uma série de segmentos gratuitamente. Tem um canal para o Senado, um para Câmara dos Deputados, outro para Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, um para as universidades, um para entidades sem fins lucrativos não governamentais, e um canal para órgãos municipais, estaduais e federais que lidam com a educação. São seis canais de uso público e mais dois de uso eventual. Além disso, 30% dos canais tecnicamente viáveis têm que ficar reservados para uso de terceiros. Ou seja, qualquer um pode ir lá e divulgar um evento ou fazer manifestações. Tudo isso não está sendo usado adequadamente por uma questão cultural, a sociedade ainda está demonstrando uma certa perplexidade com essa disponibilidade. Graças ao estatuto público incluído na lei de TV a Cabo há uma preservação das características públicas do

DANIEL HERZ:

Só pessoas extremamente ricas podem ter veículos de comunicação, porque 70% do capital deve ser de pessoa física. Isso é uma das origens da existência das nove famílias que controlam 90% de tudo que se lê, se ouve e se vê através dos meios de comunicação



serviço. O que não existe no rádio e na televisão, onde os empresários simplesmente determinam 100% do que é veiculado. O sistema de TV a Cabo insere uma cunha no sistema de comunicação. Como a própria imagem sugere, é uma cunha, o todo ainda continua antidemocrático, com características arbitrárias, excludentes, discricionárias, descaracterizadora da pluralidade que existe na sociedade. O cabo tem hoje uma importância limitada, atinge segmentos de alta renda, embora a tendência é de que num prazo de cinco anos ele seja predominante inclusive sobre a TV convencional. É o veículo do futuro.

Boletim - O governo está reiniciando a outorga de concessões para radiodifusão. Qual é a crítica do Fórum a esse processo?

Daniel - As concessões foram reabertas depois de oito anos, após a orgia de outorgas no governo Sarney. Só que agora não são mais os cinco anos para o Sarney, que na época distribuiu 1028 concessões de rádio e TV. Agora, a área das telecomunicações é a principal moeda de barganha do governo FHC na negociação da reeleição. E não estão mais em jogo interesses paroquiais, estão envolvidas as grandes corporações internacionais e os grupos que monopolizam as comunicações no Brasil. Todos os maiores consórcios que estão disputando as telecomunicações são associados a grandes grupos de comunicação. Por exemplo, RBS, Globo, Grupo Folha, Jornal do Brasil, Estado, Abril, IstoÉ e SBT. Todos estão associados a grupos distintos que disputam a área de telecomunicações. O interesse desses grupos em se associar e participar do segmento das telecomunicações há muito tempo não é algo reservado nem casual, é um projeto real.

Boletim - O Fórum é favorável à entrada de capital estrangeiro para o setor das telecomunicações?

Daniel - A idéia do Fórum é o controle público, algo que se diferencia de formas burocráticas, ou meramente normativas ou formais. É a idéia de deflagração de instituições que permitam a representação da pluralidade e a criação de condições para que de alguma forma todos possam controlar todos. Portanto, relativizamos o papel da propriedade no predomínio dos processos. No caso da TV a Cabo, por exemplo, nós temos um estatuto público que rege esse

serviço e faz com que exista em Porto Alegre uma concessão de serviço que não atende aos interesses da RBS, mas que está aberto a várias possibilidades de participação da sociedade. Nós achamos que a natureza do capital, se for estatal, privado ou estrangeiro, até certo ponto é pouco relevante diante da necessidade de sistemas consistentes de controle público. No caso dos veículos de comunicação, nós identificamos um componente perverso. A Constituição determina que pelo menos 70% do capital de uma empresa de comunicação seja de pessoa física, e não permite a presença de capital estrangeiro. Ou seja, isso é uma das origens da existência das nove famílias que controlam os conglomerados que determinam cerca de 90% de tudo que se lê, se ouve ou se vê através dos meios de comunicação. Em resumo, o fato de um sindicato ou de uma ONG ou mesmo de uma empresa não ser investidora além do limite de 30% determina que só pessoas extremamente ricas poderão ter veículos de comunicação, porque 70% do capital deve ser de pessoa física. É uma situação perversa e explica porque o capital nos veículos de comunicação sejam predominantemente familiares e não profissionalizadas como em vários países.

Boletim - Na TV a Cabo já é permitido o ingresso de capital estrangeiro...

Daniel - Sim, no caso da TV a Cabo se permitiu até 49% de capital estrangeiro e temos dúvidas se não seria apropriado ampliar esse limite. Talvez seja melhor lidar com um empresariado mais acostumado a cumprir leis e estabelecer uma relação civilizada com a sociedade. Poderia ser um fator civilizatório a esse empresariado brasileiro de comunicação que mostra uma aversão ao interesse público. A brutalidade, a arrogância, a prepotência e a violência desses empresários mostra que dificilmente teríamos coisa pior.

Boletim - E qual o papel dos sindicatos, federações, e demais entidades civis?

Daniel - Sobre isso vale citar um dado. O que os dez principais sindicatos ligados à CUT no Rio e em SP investem em material impresso daria tranquilamente para sustentar um jornal diário nacional. O fato do movimento sindical ter se referenciado na imprensa dominante mostra que isso é uma capitulação. Outro exemplo é o fato de não termos um jornal das universidades, que

mostrasse outra visão, equilibrasse os fatos e que desse voz a todos os setores envolvidos em todas as polêmicas. Não se produz visões diferenciadas por falta de iniciativa. Eu estou citando o caso das universidades porque estamos nos dirigindo aos professores universitários, assim como posso dizer que a CUT não faz um jornal diário nacional porque não quer, porque as entidades ligadas à Central têm recursos de sobra para isso. Mas para isso tem que ter capacidade política capaz de lidar com a diversidade, inclusive interna.

Boletim - A Adufrgs lançou nacionalmente a idéia de um veículo alternativo à chamada "grande imprensa". Conheces o projeto da revista Brasis?

Daniel - Conheço, e esse é um bom exemplo da dificuldade que temos em romper um círculo vicioso cultural. Falta uma cultura de iniciativa em todas as áreas. É didático citar outro exemplo: o caso da CPI dos Precatórios. Quem acompanhou viu a importância que teve a veiculação direta, ao vivo para todo o Brasil, das sessões sobre a CPI através da TV Senado, que foi inventada pelo Fórum. O Congresso não tinha a visão de implantar esse canal do Senado na TV a Cabo. O Congresso queria um canal para Senado e Câmara, e nós dissemos que não, que deveria ser um canal para cada um. Nós chamávamos aquilo de janelas eletrônicas abertas para as instituições. Ou seja, o cidadão em seu domicílio, ou no sindicato ou associação comunitária, ou na escola pode ligar a TV e ter a sensação de que está no plenário da Câmara ou do Senado. Houve um intenso debate sobre a forma como estava sendo conduzida a CPI graças à visibilidade pública. Antes, a informação sobre o que acontecia no plenário era feita pelos meios tradicionais de comunicação. A TV está mostrando para todo o Brasil o que acontece e vemos que os senadores estão se comportando de forma exibicionista, que não estão respeitando o direito dos entrevistados, que os interrogatórios não estão sendo bem conduzidos, e uma série de questões que só têm a aperfeiçoar o relacionamento da sociedade com o poder. Antes, tudo era mediado pelos meios de comunicação, ninguém via o que estava acontecendo lá, via-se uma edição no Jornal Nacional ou lia-se uma matéria em jornal com todas as mediações que traduzem os interesses dos veículos.

Boletim - Para finalizar, uma radiografia de nossa imprensa em geral.

Daniel - De modo geral, o quadro é o pior possível, com manipulações políticas, submissão a interesses econômicos, incapacidade de representar pluralidade, violência contra os direitos dos cidadãos. Existem exceções, que só confirmam a regra, como Luis Fernando Veríssimo e Elio Gaspari, mas que nem de longe pode caracterizar uma democracia na utilização dos veículos porque é insuficiente para contrabalancear as arbitrariedades na utilização dos veículos. Então num ambiente desprovido de regras, de fatores de moderação, nós temos tudo, menos democracia, pluralidade e respeito ao interesse público pelos veículos de comunicação de um modo geral.